



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0004517-58.2007.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Banco do Brasil Sa**
 Requerido: **Rio Têxtil Confecções Ltda Me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO DO BRASIL SA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Rio Têxtil Confecções Ltda Me, também qualificada, na qual a ré se viu condenada a pagar à autora a importância que viesse a ser apurada em liquidação por cálculo, referente ao valor nominal das duplicatas não pagas no contrato de desconto de títulos nº 029.501.030, indicadas nos extratos acostados à inicial, acrescido de comissão de permanência, apenas, até o ajuizamento da ação, e a partir de então de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, além da sucumbência com honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, sendo esse título judicial liquidado pelo autor em R\$ 295.217,02 para julho de 2014, conta da qual a ré/devedora foi intimada para pagamento na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

A ré, após penhora pelo sistema *BacenJud*, opôs impugnação alegando excesso de execução porquanto a credora tenha se utilizado de correção monetária pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e não pelo INPC, e também pela inclusão de multa de 10%, elevando a dívida que deveria ter a liquidação no valor de R\$ 232.494,05 em julho de 2014, requerendo o acolhimento da impugnação e a condenação do credor/impugnado ao pagamento de honorários advocatícios de 10% do valor a ser deduzido da conta.

O credor/impugnado respondeu sustentando a regularidade de sua conta para contagem dos acessórios desde a propositura da ação, reclamando o levantamento do valor depositado.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito à credora, razão assiste à devedora/impugnante, pois que a sentença executada expressamente indicou que a liquidação deveria se limitar à inclusão da comissão de permanência, apenas, o que equivale dizer, da conta apresentada com a inicial, a multa penal de 10% foi expressamente excluída.

Mas cessa aí a procedência da impugnação, pois *"O inconformismo quanto à forma de correção monetária não se justifica, uma vez que a utilização da tabela DEPRE implica incidência do IPC"* (cf. Ap. nº 9179083-76.2007.8.26.0000 - 19ª Câmara de Direito Privado TSJP - 29/01/2008 ¹).

Ou seja, acolhe-se a impugnação para determinar ao banco credor que observe o

¹ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

contido no título judicial, tomando por base o valor nominal das duplicatas não pagas, apenas, conforme conste no contrato de desconto de títulos nº 029.501.030 e esteja indicado nos extratos acostados à inicial.

Sobre o valor assim apurado deverá se limitar à aplicação de comissão de permanência até o ajuizamento da ação.

A partir do ajuizamento da ação deverá aplicar a correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês.

A impugnação procede, e porque o banco/impugnado decai na parte mais relevante do pedido, em termos de valores postulados, cumpre observar-se que, *“Interposta impugnação, há forçosa condenação do vencido a pagar custas e honorários advocatícios de sucumbência do agora incidente, porque terá exigido trabalho do profissional do litigante vencedor (cf. AI nº 990100687670 - 28ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/04/2010²)*, de modo que caberá à credora/impugnada arcar com o pagamento de honorários advocatícios de 10% do valor deduzido da dívida, atualizada.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a impugnação oposta por Rio Têxtil Confecções Ltda Me, em consequência do que determino ao credor/impugnado BANCO DO BRASIL SA, **refaça a conta liquidação** nela observando o valor inicial a partir do valor nominal das duplicatas não pagas, apenas, conforme conste no contrato de desconto de títulos nº 029.501.030 e esteja indicado nos extratos acostados à inicial, aplicando sobre dito valor apenas a comissão de permanência, até a data do ajuizamento da ação, e a partir de então aplicar a correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, e CONDENO a credora/impugnada ao pagamento de honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Atento a que o valor penhora seja infinitamente inferior ao valor incontroverso, determino a expedição de guia de levantamento em favor do credor, imediatamente.

P. R. I.

São Carlos, 02 de junho de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

² www.esaj.tj.sp.gov.br.